

## Construção da identidade quilombola e o ambiente escolar

WANESSA DA SILVA GOMES\*

ROSANGELA ESTEVÃO ALVES FALCÃO\*\*

**Resumo:** Este artigo objetiva refletir sobre o espaço escolar para a formação da identidade quilombola em uma escola no agreste de Pernambuco, através de relato de experiências vividas a partir das ações do programa de extensão “Um pé de saúde”, da Universidade de Pernambuco, no ano de 2019. Algumas atitudes e falas dos estudantes, bem como, o aspecto estrutural da escola e sua decoração, chamam atenção para quanto a escola interfere na identidade desses estudantes enquanto quilombolas. O ambiente escolar abriga potencial para fortalecer a identidade quilombola, porém, essa ainda não é a realidade encontrada nas vivências relatadas. Os desafios são grandes, sendo necessário atuar na cultura escolar que ainda exclui a diversidade e promove o racismo entre os estudantes ao silenciar sua cultura.

**Palavras chave:** Educação quilombola; cultura quilombola; racismo institucional.

### Construction of the quilombola identity and the school environment

**Abstract:** This article aims to reflect on the school space for the formation of quilombola identity in a school in the rural region of Pernambuco, through the report of experiences from the actions of the extension program “Um pé de saúde” at the University of Pernambuco, in 2019. Some attitudes and speeches of students, as well as, the structural aspect of the school and its decoration, draws attention to how much the school interferes with the identity of these students as quilombolas. The school environment has the potential to strengthen the quilombola identity, however, this is not the reality found in the experiences reported. The challenges are great, and it is necessary to act in the school culture which still excludes diversity and promotes racism among students by silencing their culture.

**Key words:** quilombola education; quilombola culture; institutional racism.



\* WANESSA DA SILVA GOMES é Professora Adjunta e pesquisadora da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Garanhuns, doutora em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães/FIOCRUZ-PE.



\*\* ROSANGELA ESTEVÃO ALVES FALCÃO é Doutora em Biociência Animal pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Diretora do Multicampi da Universidade de Pernambuco-UPE. Professora do Programa de Pós graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental.

### **Iniciando a conversa: trajetórias da educação quilombola**

Segundo Miranda (2018), "ao longo de mais de dois séculos, a conjugação de significados sobre os quilombos no Brasil e suas implicações na dinâmica política têm sido alvo de contestações" entre estas a que define quilombos como comunidades negras, geralmente rurais, habitadas por descendentes de pessoas negras escravizadas que mantêm laços de parentesco e uma trajetória histórica própria, reconhecidos segundo critérios de auto atribuição. Seus moradores valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosas (ou não), recriando-as. A Constituição de 1988 reconheceu o direito de titulação das comunidades quilombolas como tais, reconhecendo a propriedade definitiva de suas terras no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias (BRASIL, 1988).

Segundo Carril (2017, p. 545) "durante os trabalhos da Constituinte, movimentos sociais, pastorais da terra, movimentos negros e parlamentares estiveram presentes e exerceram pressão para o reconhecimento jurídico das terras dos quilombos"; com isso legalmente definido iniciou-se a construção jurídica da identidade quilombola. Atualmente, as terras de quilombos são encontradas em quase a totalidade dos estados brasileiros. Havendo 139 títulos emitidos em favor de 207 comunidades (SILVA, 2015).

Com relação à educação formal, apenas em 1878 os negros adquiriram o direito de estudar, ressalvando-se que era permitido aos negros apenas o período noturno para realizarem seus estudos (BRASIL, 2004), reforçando a segregação racial. A educação escolar quilombola foi implantada a partir de discussões iniciadas em 1980 (CAMPOS; GALLINARI, 2017) e se consolidou em 2013 com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica que aponta a educação escolar para as comunidades quilombolas como um direito à educação (BRASIL, 2013).

As escolas quilombolas foram regulamentadas como entidades específicas com a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas, em 2012, que determinou que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, privilegiando em seu currículo especificidades étnico-culturais da comunidade (CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Atualmente, conforme a figura 1, encontramos instituições de educação básica em todas as regiões do país, com uma maior relevância nos estados do nordeste e que, por sua vez, ainda se encontram carentes de uma equipe técnica formada para atender este perfil diferenciado de educação formal.

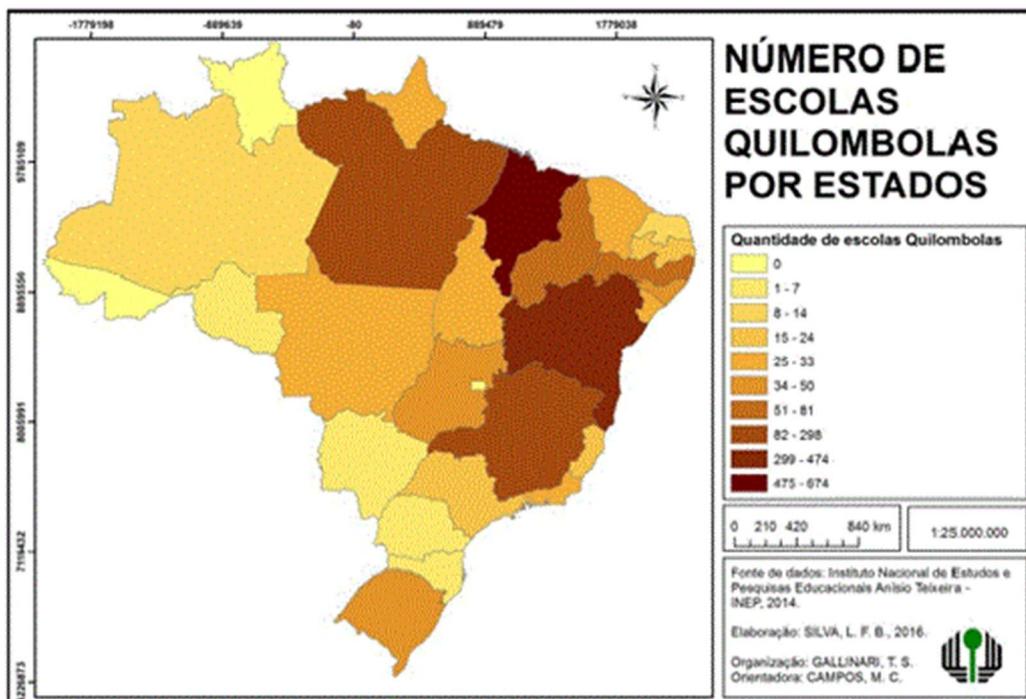


Figura 1. Escolas quilombolas no Brasil.  
Fonte: INEP, 2014 (CAMPOS; GALLINARI, 2017, p. 209).

São ao todo 2507 escolas públicas em territórios quilombolas em todo o país, de acordo com o catálogo de escolas do INEP. Ainda de acordo com dados retirados dessa plataforma, Pernambuco é o quinto estado em número de escolas, onde temos 92 escolas quilombolas públicas, perdendo apenas para os estados do Maranhão (798 escolas), Bahia (576 escolas), Pará (293 escolas) e Minas Gerais (191 escolas), como podemos observar no gráfico 1 (INEP, 2021).

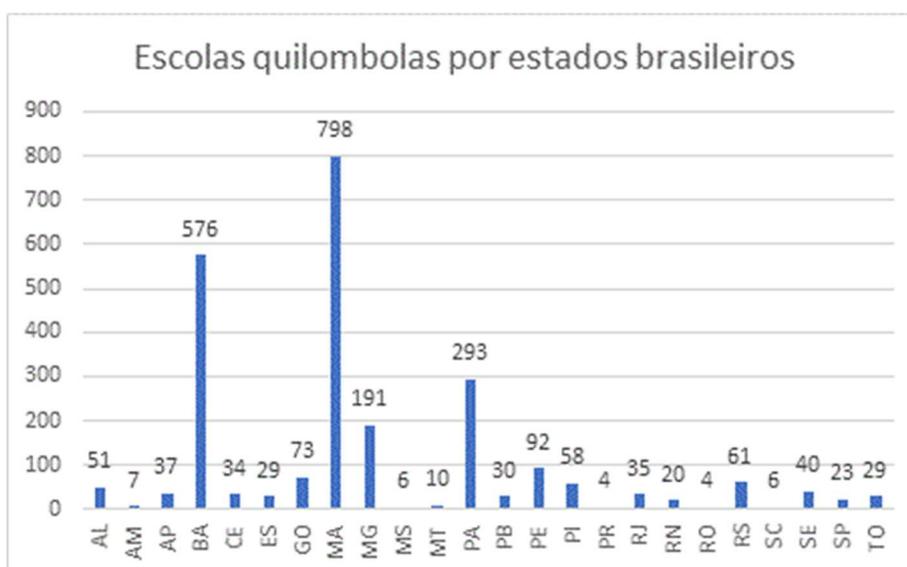


Gráfico 1. Escolas quilombolas por estados brasileiros.  
Fonte: Catálogo de escolas, INEP, 2021.

Com base nas propostas da Resolução CNE/CEB 8/2012 para a Educação Escolar Quilombola, considera-se que o professor deva ter uma atuação pautada no respeito à particularidade dos alunos provenientes do seu grupo cultural (SANTOS; SILVA, 2016). Além disso, suas aulas devem considerar “as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012, p. 15).

Compreender todo o processo de construção de uma educação regulada para atender às comunidades quilombolas e perceber que a *práxis* deve estar integrada a visão étnico-histórica tem sido o grande desafio e pode, no campo da pesquisa, revelar indicadores importantes para o planejamento das estratégias a serem implementadas nestas escolas. Perceber como acontece o processo de resiliência e de abandono dentro da realidade escolar das comunidades quilombolas favorece esta discussão de como tornar este espaço educacional em uma escola de fato debatedora das questões raciais e culturais da população negra.

Este artigo objetiva refletir sobre a contribuição do espaço escolar para a formação da identidade quilombola entre crianças e jovens estudantes de uma escola quilombola na cidade de Garanhuns/PE.

### **Caminhos experienciados**

Trata-se de um relato de experiência das vivências no Programa de extensão Universitária “Um pé de saúde” da Universidade de Pernambuco no ano de 2019, mediante abordagem qualitativa. Este programa de extensão teve início em 2013 por meio de projetos desenvolvidos com estudantes de Medicina, cresceu e se integrou a outros cursos da Universidade como Biologia,

Psicologia, Geografia e História, e se tornou um programa de extensão universitária. Hoje faz parte também da curricularização da extensão no Curso de Medicina da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns.

A experiência aqui relatada ocorreu em uma comunidade quilombola localizada no Agreste de Pernambuco, comunidade rural onde residem em torno de 250 famílias, tendo sua origem relacionada à presença centenária dos descendentes de pessoas escravizadas fugidas do Quilombo de Palmares, símbolo de resistência e organização quilombola. O modo de vida na comunidade é marcado por sua relação com a terra, sendo a agricultura a principal atividade desenvolvida, tendo como cultivo a mandioca, o milho, o feijão e algumas hortaliças.

Além disso, em todos os quintais encontramos plantas e ervas medicinais cultivadas, sendo o uso destas por meio dos chás, lambedores e raizadas, muito comum entre os quilombolas. Busca-se também as benzedeadas e rezadeiras da comunidade como forma de cura e cuidado com a saúde.

A construção do relato foi desenvolvida por docentes participantes do Programa de extensão, que vivenciaram as atividades em território quilombola, estando implicadas na experiência e no processo de escrita do manuscrito. O relato refere-se às experiências vivenciadas durante uma ação desenvolvida na escola da comunidade, bem como, por meio das vivências, conversas com os quilombolas, caminhadas pela comunidade, que foram relatadas em diário de campo durante ações do programa.

## **Momentos significativos da experiência**

A comunidade possui em seu território uma escola quilombola com turmas do ensino infantil e fundamental I e II que atende crianças e jovens da comunidade em estudo e outras comunidades quilombolas, e não quilombolas vizinhas. Durante as visitas à escola algo que nos chamou atenção foi sua decoração, desde o muro podemos observar desenhos e imagens que remetem à cultura negra. No interior da escola também conseguimos observar elementos próprios da cultura quilombola fazendo parte da decoração e de seus murais.

Em uma reunião que tivemos com a gestora da escola nos foi solicitado realizar junto aos estudantes, atividades que pudessem fortalecer a autoestima deles, pois segundo relato da mesma, muitos tinham dificuldades em se expressar, mostrando profunda timidez. Presenciamos essa timidez dos alunos ao tentarmos iniciar uma conversa com alguns que estavam no pátio no momento da visita e não conseguimos desenvolver um diálogo, apenas respostas curtas ao que era perguntado, sem que houvesse verdadeiramente uma interação.

A partir da reunião com a gestora e dos nossos diálogos com as lideranças da Associação Quilombola, construímos uma ação a ser desenvolvida na escola e que trabalhasse com a questão do empoderamento e identidade negra com os alunos. Realizamos um dia da beleza quilombola na escola onde levamos atividades como rodas de conversa sobre identidade quilombola, oficina de turbantes e de bonecas abayomi, maquiagem, tranças nagô nos cabelos e contações de histórias. Fizemos também uma exposição de fotografias durante a ação. As fotos eram de pessoas da

comunidade e foram tiradas em uma ação anterior sobre beleza quilombola que realizamos na Associação.

Durante as atividades, que eram de livre escolha a participação dos estudantes de todas as turmas, os extensionistas, os residentes, os voluntários do programa e as docentes, presentes na ação, conversaram sobre como aquilo era realizado como cuidado, a fim de lançar reflexões sobre o cuidado e a beleza na cultura quilombola. Assim, conseguimos nos aproximar e abrir um diálogo para a reflexão do que os estudantes estavam realizando naquelas atividades. Enquanto trançávamos os cabelos ou fazíamos uma maquiagem falávamos sobre a beleza negra. Nas oficinas foram discutidas as histórias e significado das bonecas abayomi e dos turbantes. As contações de histórias foram referentes a contos negros e quilombolas trazendo reflexões atuais sobre resistência, lutas e identidade.

Essa experiência nos traz a reflexão de como o ambiente escolar pode contribuir com o fortalecimento da identidade quilombola. Organizamos o relato em duas temáticas, sendo a primeira sobre a estrutura escolar e a identidade quilombola, e a segunda sobre o racismo institucional no ambiente escolar.

## **A estrutura escolar e a identidade quilombola**

A escola possui papel fundamental para o fortalecimento e valorização da identidade quilombola, devendo ser um ambiente de identificação dos alunos ao grupo étnico que pertencem e do reconhecimento de sua história e origens.

Grupo étnico é todo grupo social constituído por sujeitos que se reproduzem biologicamente, compartilham dos mesmos valores culturais, desenvolvendo modos de vida

em comum e se identificam como pertencentes ao mesmo grupo social. Essa identidade a um referido grupo é constituída por diferentes fatores como a ancestralidade, a religiosidade, a espiritualidade, a organização social e política, entre outros elementos (NASCIMENTO, 2006).

A identidade étnica se diferencia das demais formas de identidades coletivas por ser conduzida pelo passado, passado este que por meio da memória coletiva é resgatado para o presente (O'DWYER, 2002). Na comunidade em estudo, essa identidade e ancestralidade estão ligadas ao Quilombo dos Palmares, símbolo de resistência e organização dos escravos fugidos na época do império. Pois os mesmos se auto reconhecem como descendentes de negros escravizados fugidos após a destruição de Palmares, onde alegam que os negros fugidos do massacre de Palmares subiram o Rio Mundaú e chegaram à região que hoje abriga diversas comunidades quilombolas (GOMES, 2019).

As histórias dessa comunidade, bem como, de outras comunidades quilombolas, são contadas por meio das memórias e marcadas pelo lugar, ou seja, pelo território. Assim, falar em identidade quilombola é falar a partir do território em que os quilombolas se reproduzem, biológico, social e culturalmente, pois é a identidade comunitária que define o negro como pertencente a uma comunidade e não um sujeito genérico (GUSMÃO, 1996).

Tomamos aqui a compreensão trazida por Milton Santos (1993) de que o território vai além de um conjunto de objetos nos quais circulamos, trabalhamos, residimos, ele é também algo simbólico em que se mantém ligações e se constroem subjetividades. É importante compreender que as comunidades quilombolas têm suas

vidas construídas em um território étnico-cultural, e nele não apenas residem, mas trabalham, se socializam. Para um grupo camponês tradicional, como são os quilombolas, o território é o principal elemento de construção da identidade grupal.

O processo de construção da identidade quilombola é baseado na luta pelo território, no processo histórico de resistência e resiliência, e na defesa de sua cultura e práticas tradicionais. Somado a isso, temos ainda, as questões referentes a discriminação e ao preconceito racial (CAMPOS; GALLINARI, 2017), as investigações sobre a identidade quilombola deixam transparecer uma distinção entre a educação quilombola, que consiste na transmissão dos conteúdos simbólicos que ensinam o que é ser quilombola e a educação escolar quilombola, que diz respeito aos processos desenvolvidos na instituição escolar no que observa Miranda (2018).

É fundamental que esses elementos para a constituição da identidade do povo quilombola estejam presentes na educação escolar de forma a valorizar sua cultura e a fortalecer sua história e oralidade. Porém, o que encontramos na maioria das escolas são materiais didáticos que não dialogam com essa cultura e história quilombola, que apresentam o lado da história contada por brancos e colonizadores.

Ouvimos relatos de que uma professora da escola situada no território da comunidade quilombola em estudo falou aos estudantes que “não iriam comemorar o dia da Consciência Negra, pois ela temia que um espírito entrasse nela” (trecho do diário de campo). Esse relato mostra o despreparo dessa professora em relação ao que significa comemorar esse dia e de sua importância para o povo negro e para o povo

quilombola. Sendo uma atitude de extrema desinformação e violência perante os alunos.

Infelizmente este não é um caso isolado, outros relatos envolvendo professores e gestores da escola foram citados em que comprovam a falta de conhecimentos da equipe relacionada à cultura e história do povo quilombola. Muitas vezes as escolas desqualificam os valores e práticas culturais quilombolas, bem como sua experiência de vida. Ainda são muitos os professores que atuam em escolas quilombolas e não conhecem as comunidades e seus costumes, e que reproduzem o racismo no ambiente escolar (NASCIMENTO, 2006).

A estrutura educacional deve promover a tolerância e igualdade racial, bem como, o respeito às diferenças (GUIMARÃES; PINTO, 2016). Essa deve ser a postura dos professores, pois a escola é um espaço de convivência humana e de diversidade. Assim, é importante promover uma melhor formação dos educadores, para que conheçam e respeitem o contexto social e cultural em que vivem seus alunos quilombolas.

Ao nos debruçarmos sobre o projeto político pedagógico – PPP da escola quilombola, não encontramos um currículo próprio que preserve e discuta a cultura quilombola e as especificidades do modo de vida da comunidade na qual a escola se encontra. O atual currículo é bastante parecido com os das demais escolas urbanas presentes no município, ou seja, não considera a realidade sociocultural de seus alunos. O PPP da escola encontra-se em desacordo com o que aponta a resolução de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. No Art. 34, parágrafo 2 da resolução diz que “O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das

comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola” (BRASIL, 2012).

O sistema educacional brasileiro é pouco atraente para a população negra, por ser um ambiente que ainda promove desigualdades, estando longe de ser verdadeiramente democrático racialmente. Esse é um dos motivos para a baixa escolaridade entre as pessoas negras (VERÇOSA, 2012; SANTOS; PERREIRA, 2018).

### **O racismo institucional no ambiente escolar**

A escola é um espaço onde frequentemente são relatados casos de racismo, seja por parte de outros estudantes ou mesmo por parte de professores. Em nossas andanças pela comunidade e nos momentos na escola, ouvimos relatos que nos chocaram em relação às atitudes de professores no ambiente escolar. Um deles, relatado no diário de campo, foi quando “uma funcionária da escola falou que uma das professoras da educação infantil não permitia que seus alunos a tocassem” (Trecho do diário de campo). Esse fato mostra um ato de racismo contra as crianças, que se sentem rejeitadas pela própria professora em sala de aula.

A escola, que deveria ser um ambiente acolhedor para as crianças e de estímulo ao seu desenvolvimento, se torna um ambiente opressor e propagador do racismo e de violência. Observamos isso também no fato da maioria dos professores serem brancos.

O racismo presente no ambiente escolar, de acordo com Almeida (2019), conceitua-se como racismo institucional (relacionando racismo com o Estado), este se manifesta de forma mais silenciosa e sutil em comparação ao racismo individual (relacionado à subjetividade, às relações interpessoais)

tendo origem nas construções sociais que privilegiam determinados grupos sociais e desfavorecem outros em detrimento de sua raça. Esta forma de racismo é menos condenada que o individual, pois, por meio do poder e dominação, acaba sendo normalizado socialmente.

Outro fato relatado na comunidade que remete ao racismo institucional foi o caso de um professor da escola desmotivar e desmobilizar os estudantes a fazerem a inscrição para o vestibular, pois segundo nos foi relatado “o educador falou aos estudantes que eles não tinham competência para entrarem na Universidade, que aquilo não era para eles” (Trecho do diário de campo).

O racismo presente no ambiente escolar perpassa a prática pedagógica, pois diferencia e hierarquiza os sujeitos de acordo com sua origem étnica. A relação professor-aluno tem grande importância na inclusão dos estudantes nos processos educativos, sendo o professor um significativo influenciador dos estudantes, seja de forma positiva ou não (GUIMARÃES; PINTO, 2016).

Outro elemento importante a ser discutido dentro do ambiente escolar são os próprios materiais didáticos adotados, que de uma forma geral “enaltecem uma cultura (branca e dominante) enquanto anula e silencia outra” (SANTOS; PERREIRA, 2018, p. 29), representando o negro de forma negativa, mostrando-o como escravo e inferior e não como um ser humano cruelmente escravizado pelos brancos, sendo ele também possuidor de religiosidade, cultura e modo de vida próprios.

Nesses materiais, principalmente nos de história, os negros referidos nas aulas não possuem nenhuma relação com os sujeitos históricos ali presentes, ou seja, com os próprios estudantes negros que se encontram na aula, onde a história de

seus antepassados e suas próprias histórias não são reconhecidas, pois o negro desenhado nas aulas é o negro visto por meio do olhar do homem branco colonizador. Essa situação leva, muitas vezes, os estudantes negros a negarem sua própria identidade, pois ser negro nesse contexto é ser ignorante e marginal (NASCIMENTO, 2006).

Essas práticas discriminatórias geram danos na formação dos estudantes negros, prejudicando a construção de seu imaginário social, o que os faz sentir excluídos da vida social no ambiente escolar, levando, muitas vezes à evasão. Para que realmente ocorra o processo de aprendizagem, o educando precisa ver sentido no ato de aprender e nos conhecimentos que estão sendo trabalhados, consiga relacioná-los com sua vida, seu contexto social e assim possa construir significado concreto a eles (GUIMARÃES; PINTO, 2016).

Em estudo realizado por Nascimento (2006), depoimentos apontam que a escola desqualifica a história de vida das crianças, além de desvalorizar o trabalho desenvolvido por seus pais, no caso, o trabalho na agricultura. Esse fato é potencializado em escolas de contexto urbano frequentadas por quilombolas. Atualmente, a relação do quilombo com a cidade é bem mais constante em comparação com décadas atrás. Houve um grande aumento do número de estudantes quilombolas nas escolas da cidade, o que fez aumentar também os casos vivenciados de racismo.

### **Amarrações e apontamentos**

Segundo Abreu e Mattos (2008), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC), precederam e prepararam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, resultantes do

crescimento e fortalecimento dos movimentos negros brasileiros e de um novo consenso pedagógico sobre o “mito da democracia racial” no Brasil, no entanto ainda são poucas escolas que se encontram preparadas a trabalhar uma educação quilombola que respeite e fortaleça a cultura e identidade desse povo.

O despreparo dos professores e gestores, a descaracterização dos ambientes escolares e dos materiais didáticos ainda são problemas encontrados em muitas escolas presentes em territórios quilombolas. Aranda (2011) aponta ser necessário construir uma proposta de intervenção curricular na formação inicial de professores, que possa favorecer o início de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas cotidianas, a fim de transformar o olhar que o aluno traz em suas representações e imaginário e contribuir para desconstruir os preconceitos e estereótipos que isso implica. Este processo foi iniciado a partir de diretrizes sensíveis à necessidade de valorização da cultura e resistência quilombola, mas ainda estamos muito longe de perceber mudanças no fazer pedagógico.

É urgente trabalhar na formação dos professores e gestores a importância da construção de um ambiente e prática pedagógica antirracista, que valorize e inclua a cultura e história do povo quilombola, bem como, suas práticas tradicionais no currículo escolar. Além disso, é importante que cada vez mais professores quilombolas sejam absorvidos nas escolas que atendem a esse público.

## Referências

ABREU, M.; MATTOS, H. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 21, p. 5-20, out. 2008.

ARANDA, V. Reflection and analysis of innovative policies and practices through the social representations and the need of intercultural education as part of the initial teacher training process. **Estud. pedagóg.**, Valdivia, v. 37, n. 2, p. 301-314, 2011.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019. 256p. (Coleção Feminismos plúrais).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **RESOLUÇÃO No 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. D

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica**, Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**. V. 20, n. 35, p. 199 – 217, 2017.

CARRIL, L. D. E. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 539-564, 2017. ISSN 1413-2478.

GOMES, W. S. **Terra é saúde: a determinação social da saúde na comunidade quilombola do Castainho**, Garanhuns – Pernambuco. [Tese]. Recife (PE): Instituto Aggeu Magalhães, Fiocruz-PE; 2019.

GUIMARÃES, A. C.; PINTO, J. M. R. Discriminação racial na escolar: vivências de jovens negros. **Revista digital de direito**

administrativo, São Paulo, vol. 3, n. 3, p. 512-524, 2016.

GUSMÃO, N. M. M. **Terra de pretos; terra de mulheres: mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: MINC/ Fundação Cultural Palmares, 1996.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **INEPDATA**. Catálogo de escolas. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em 13 de junho de 2021 às 12:30h.

MIRANDA, S. A. **Quilombos e educação: identidades em disputa**. Educar em Revista [online]. 2018, v. 34, n. 69, p. 193-207.

NASCIMENTO, L. K. **Identidade e territorialidade: os quilombos e a educação escolar no Vale da Ribeira**. Dissertação de mestrado. Departamento de geografia da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. 2006. 156p.

O' DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 296p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, J. G. D.; SILVA, J. N. D. D. A Influência da Cultura Local no Processo de Ensino e Aprendizagem de Matemática numa Comunidade Quilombola. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 30, n. 56, p. 972-991, 2016.

SANTOS, W. S.; PERREIRA, J. B. Raça, racismo e a constituição da criança negra no contexto escolar: diálogo entre conceitos e vivências. **Cadernos de graduação: ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v. 4, n.3, p. 21-32, 2018.

SILVA, T. D. Educação escolar quilombola no censo da educação básica. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

VERÇOSA, A. A. **Racismo na escola: o silêncio fala mais alto**. 2012. Monografia (Especialização em Educação para a Diversidade) - Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2012.

Recebido em 2021-09-14

Publicado em 2021-10-01